



TCC/UNICAMP
C157e
IE/786

São Paulo, Região Metropolitana de



1290000786

IE
TCC/UNICAMP C157e

MONOGRAFIA II

RELATÓRIO FINAL

EVOLUÇÃO DA POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NA
DÉCADA DE 80

ORIENTADORA: PROFA. WILNÉS HENRIQUE ✓

BANCA: PROF. CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA

ALUNO: ANDRÉ LUIZ SICA DE CAMPOS

INSTITUTO DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FEBRERO 1992



TCC/UNICAMP
C157e
IE/786

CEDOC/IE

ÍNDICE

ÍNDICE-----P 1

APRESENTAÇÃO-----P

I-CRISE E POBREZA NA METRÓPOLE PAULISTA

A-INDUSTRIALIZAÇÃO E POBREZA-----P.

B-CRISE E POBREZA-----P.

II-CRISE E MERCADO DE TRABALHO NA METRÓPOLE PAULISTA

A-EMPREGO-----P.

B-A PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO-----P

C-EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS POR POSIÇÃO NA

OCUPAÇÃO-----P

D-CONCLUSÕES-----P.

III-MERCADO DE TRABALHO E POBREZA-----P.

IV-CONCLUSÕES FINAIS-----P.

TABELAS

BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

Nesta monografia queremos compreender alguns efeitos da crise de estagnação do crescimento econômico sobre a população da capital paulista. Já que sua estrutura econômica fortemente calcada na indústria, confere-lhe certa especificidade no que tange aos impactos do nível de atividade sobre a população menos favorecida. Assim, um mercado de trabalho mais estruturado tende ser afetado fortemente pelo nível de atividade da economia, pois variações no ritmo de atividade industrial espraia para os demais setores os efeitos da alteração de seu produto. O que pode conduzir uma parcela da população a mudanças em sua condição de vida.

Uma região que responde por boa parte do produto industrial nacional tem certas particularidades quanto aos efeitos da crise, que se traduz na maior flutuação de sua população pobre. Podemos adiantar que, ainda que os anos 80 se caracterizem pela perda de dinamismo da região para a geração de postos de trabalho na indústria, em termos proporcionais não ocorrem avanços significativos da pobreza. Tentaremos aproximar dentro das restrições impostas pela disponibilidade dos dados necessários, quais as principais razões desta dinâmica.

Assim, no capítulo 1 tentaremos demonstrar os principais passos da industrialização da Região Metropolitana de São Paulo, situando a situação da pobreza em 1980, fazendo ainda uma análise de sua evolução ao longo

da década passada. Para procurar entender quais foram os determinantes principais da pobreza neste período. Em seguida, tendo concluído pela maior correlação da evolução da pobreza com a do mercado de trabalho, passamos a analisar os passos principais de sua evolução. Para no capítulo final buscamos traçar um paralelo entre o mercado de trabalho e a pobreza.

Mesmo não havendo uma elevação proporcional acentuada da pobreza, é possível ainda considerar a situação da RMSP negativa do ponto de vista da evolução sócio-econômica-política do país. Já que, exatamente no momento em que se dá o fortalecimento de nossas instituições democráticas, vemos a generalização da degradação da sociedade. Que se reflete na elevação da população desfavorecida em números absolutos no país e na própria região.

I- CRISE E POBREZA NA METRÓPOLE PAULISTA

A-INDUSTRIALIZAÇÃO E POBREZA

Segundo o trabalho organizado por Cano a respeito da formação da economia paulista, ao longo deste século dá-se a conformação da Região Metropolitana de São Paulo como principal centro econômico nacional. O início deste processo remonta às primeiras indústrias têxteis, de beneficiamento de café e de bens não duráveis que são implantadas na região nas três primeiras décadas do período. A partir daí até 1955, com o esforço de industrialização empreendido começam a ser implementadas algumas indústrias de base. O próprio complexo industrial metal-mecânico é implantado na segunda metade desta década, caracterizando assim o período no qual se completa a estrutura do setor secundário, o que possibilitava a própria reprodução endógena do capital. Durante as décadas de 60 e 70 ocorre a expansão da estrutura industrial, em termos de volume produzido não só nos setores já citados como também nas indústrias de bens intermediários e de bens de capital. Espacialmente, ao longo dos anos 70 em São Paulo a indústria começa a se redistribuir em direção ao interior.

Por causa desta dinâmica ocorre um paulatino esvaziamento populacional das áreas rurais em favor das áreas urbanas, agravado ainda pelos fluxos migratórios

interestaduais. É importante ressaltar ainda que a própria modernização que se deu na agricultura paulista colabora para a ocorrência do êxodo rural, o qual acaba por transferir a pobreza do campo para as cidades. Este processo intensifica-se a partir dos anos 50, e ocorre com maior intensidade até os anos 70. Verifica-se o adensamento populacional em torno de alguns centros urbanos no interior, ao mesmo tempo em que a região da capital absorve em 1980 aproximadamente metade da população do estado e 60% da população economicamente ativa do mesmo. A formação de um setor terciário de peso já desde 1950, dá certa peculiaridade à estrutura econômica metropolitana. Esta caracterizava-se não só pela pujança de sua indústria, mas também se destacava por possuir um setor de serviços integrado ao secundário. Temos desde então um mercado de trabalho de forma a que as relações inter-setoriais agindo de maneira virtuosa nos períodos de expansão capitalista permitam a absorção de mão-de-obra imigrante de maneira favorável em sua estrutura produtiva, sendo capaz ainda de absorver o próprio crescimento vegetativo da população metropolitana. Tal fato não significou, como sabemos, que graças a este dinamismo na oferta de postos de trabalho houvesse em um grau mais efetivo a erradicação da miséria.

Observemos então como esta estrutura econômica mais desenvolvida, reflete-se nos termos de alguns indicadores de pobreza na capital. Os dados que serão arrolados baseiam-se na pesquisa do IE/UNICAMP sobre o perfil da pobreza em nove

regiões metropolitanas no ano de 1980, e ademais um trabalho sobre a pobreza desenvolvido pela arquidiocese de São Paulo na primeira metade da década de 70.

Vimos que a RMSP concentra regionalmente a expansão econômica que ocorreu. Esta região se privilegia em termos de geração de renda e expansão da oferta de postos de trabalho. Sendo capaz de absorver favoravelmente parcelas consideráveis da população que migrava do campo em direção ao seu espaço. É capaz também de proporcionar a melhor média global da renda do trabalho em relação às demais regiões. Isso se dava em função da menor razão de dependência das famílias paulistanas (proporção de indivíduos sustentados por cada membro ocupado), e decorrente da própria renda individual do trabalho ser elevada em sua economia (TABELA 1). Assim a capacidade de geração de empregos dinâmica de seu mercado de trabalho, a menor quantidade de dependentes de suas famílias, a menor proporção de menores de dez anos proporcionam uma distribuição da renda familiar per capita por faixa de renda mais favorável, frente às demais capitais (TABELA 2). O que como veremos não significar que existiam poucas famílias de baixa renda na RMSP.

A RMSP destacava-se no contexto metropolitano pela sua melhor posição em termos de renda, dada a maior pujança de sua estrutura econômica. Vejamos agora alguns elementos que nos indiquem sua situação quanto às condições de saúde, educação e habitação da população.

Iniciando pela questão habitacional, vejamos porque sua

situação era desfavorável. Mesmo num período de expansão acelerada do PIB em torno da média histórica de 7% até então, o encaminhamento dado era insatisfatório. De acordo com a pesquisa da UNICAMP, em 80 35% das famílias (1 milhão delas) viviam em domicílios inadequados por conta do excessivo número de pessoas por cômodo. Ademais 100 mil domicílios (3,5%) contemplavam as favelas, 16% das famílias viviam em condições inadequadas de abastecimento hídrico (500 mil delas), apenas o acesso à energia elétrica era menos problemático já que apenas 2% das famílias não tinham acesso a ela.

Quanto à situação escolar apenas 41% dos adultos possuíam primário completo, e das crianças 64% daquelas em idade escolar a frequentavam. Ou seja ambos os casos demonstram uma aproximação razoável quanto à precariedade da universalização do acesso ao ensino básico.

Para ilustrar o quadro das condições de saúde, o trabalho realizado pela arquidiocese de São Paulo no ano de 1975; (e portanto no momento seguinte à euforia do "milagre econômico"), é bastante elucidativo. Neste trabalho afirmava-se que a desnutrição podia ser a causa direta da morte, e atuar como fator preponderante e agravante de doenças infecciosas, aumentando a taxa de mortalidade infantil, a alimentação inadequada aparecia associada a 45% dos óbitos infantis, e a 65% das doenças infecciosas registradas na área. Quanto ao atendimento médico-hospitalar público à população afirmava-se que dos 490 mil autônomos da

Grande São Paulo em 1972, a imensa maioria não tinha carteira de trabalho, e tomando-se tão somente os assalariados, a proporção dos que não tinham carteira assinada era de 20%. Além desses, 40% dos que procuraram os ambulatórios e postos do INPS em 1974 deixaram de ser atendidos, o que correspondeu a 4 milhões de consultas.

Na verdade, queremos deixar claro que este processo de industrialização esteve caracterizado pela grande quantidade de trabalhadores que se deslocaram do campo à cidade em busca de oportunidades de trabalho. O desenvolvimento se deu de forma excludente, já que não foi capaz de absorver a totalidade dos trabalhadores de maneira favorável na estrutura produtiva da metrópole. E mesmo muitas das ocupações criadas apresentavam um patamar de baixa remuneração. De outra parte, as políticas públicas foram insuficientes para garantirem condições de vida dignas àqueles que se inseriram no mercado de trabalho de maneira desvantajosa.

Fica esclarecida então a dissociação entre o nível de desenvolvimento econômico e a garantia de condições de vida minimamente dignas à totalidade da população na região. Isso tomando-se o centro dinâmico do capitalismo nacional num momento onde a expansão do FIB apresentava um desempenho dos mais favoráveis.

Faremos a seguir uma breve análise da evolução da pobreza em algumas metrópoles na década dos 80. Esta como é sabido, marcada pela crise da dívida externa, representou

uma conjuntura negativa à economia brasileira. Saberemos como este período, de fuga de capitais e queda do produto industrial, refletiu-se nos termos da evolução da pobreza.

B- CRISE E POBREZA

Colocados então os traços gerais da situação da pobreza paulistana na década dos 70 e em 1980, observemos como ao longo dos anos 80 a proporção de famílias pobres variou em função da renda auferida por seus membros. A TABELA 3 contrasta os trabalhos da UNICAMP, de Rocha e de Brandão & Gottschalk. Percebe-se na RMSP que a proporção de famílias em condições de vida precária apresenta variação intensa no período seja qual for o critério adotado.

No período inicial de 80-83 onde houve acentuado declínio do nível de atividade econômica, com conseqüentes quedas na renda e no emprego urbano, corresponde a um aumento na proporção de famílias pobres para as quatro metrópoles consideradas. Como dissemos acima, a maior oscilação da proporção de famílias pobres se dá na RMSP segundo qualquer um dos autores observados.

O momento seguinte remete à recuperação econômica até 1986, ocorre aí uma recomposição dos níveis de renda e emprego. Particularmente o arrefecimento da espiral inflacionária durante o Plano Cruzado determina o retorno da proporção de famílias pobres aos níveis inferiores a 1.983. Tomando novamente a RMSP, pelos dados de Brandão & Gottschalk e de Rocha vemos que as oscilações entre 83-86 correspondem a uma redução de quase 50% na proporção de famílias pobres.

Já no ano de 1.987 com a nova aceleração dos níveis de preços somada à desaceleração do nível de atividade

econômica; determina nova elevação na proporção de famílias com renda per capita inferior à linha de pobreza a patamares superiores ao do início da década em 1980, segundo a avaliação do IE/UNICAMP. A partir de 87 até 89, a RMSP tem comportamento peculiar em sua pobreza. Enquanto as demais regiões metropolitanas elevam esta proporção, a RMSP logra uma redução.

Fica evidenciado então que existem três momentos básicos na década. O período de 80-83 foi marcado pelo processo recessivo, havendo ainda uma conjuntura de aceleração da inflação. Neste momento se eleva a proporção de famílias pobres para o conjunto das metrópoles estudadas. Sendo mais acentuada a variação desta proporção na RMSP. O momento seguinte marca a recuperação econômica que se estende durante 84-86. Assim não só cresce a ocupação, como também o produto e a renda. Determinando a redução na população desfavorecida para o conjunto das metrópoles, sendo esta redução mais acentuada para a RMSP. O triênio final da década é marcado pela estagnação da atividade produtiva, e pela aceleração da inflação culminando no processo hiperinflacionário de fins de 89. Na avaliação de Rocha a elevação na proporção de famílias pobres se deu em quase todas as metrópoles, mas de forma menos acentuada na RMSP. Já na do IE/UNICAMP ocorre uma redução da proporção de população pobre.

Esta situação determina por sua vez um quadro desalentador para estas famílias carentes, já que terminam a

década numa situação pior de que quando a iniciaram, na maioria dos casos.

Mesmo tendo uma evolução mais favorável dentro do conjunto das regiões metropolitanas, para a RMSF vemos os anos 80 como uma conjuntura negativa, para a parcela mais pobre da população. Pois se na década anterior havia um grande contingente de população pobre na região, o desempenho favorável do mercado de trabalho podia garantir ao menos a geração de empregos e da renda num volume tal que a proporção de famílias pobres fosse em 1980 a menor em relação aos anos subseqüentes, segundo a avaliação do IE/UNICAMP. De forma que esta proporção tem um pequeno acréscimo no saldo de 80-89, determinando um período perdido para esta parcela da população que não logrou melhorias em sua condição de vida.

Sendo assim, emérge ainda o fato de São Paulo, mesmo com a magnitude da crise vivenciada, lograr uma evolução proporcionalmente menor da população pobre relativamente às demais metrópoles. Arrolaremos a seguir algumas considerações a respeito, procuraremos alinhar ainda algumas diferenças entre a metrópole paulista e as demais quanto aos reflexos da evolução de sua economia sobre a população. Sabemos no entanto que o aumento aí da pobreza é comparativamente menor face às demais metrópoles, nos termos da linha definida pela UNICAMP.

A partir das informações analisadas infere-se uma situação menos desfavorável para a região paulistana "vis à

vis" a fluminense. Ocorrem na realidade dinâmicas diversas nos mercados de trabalho destas regiões. Portanto a RMSF com uma estrutura industrial integrada a um setor de serviços e de comércio de grande porte, ressen-te-se dos momentos negativos da conjuntura com um aumento da população desfavorecida; no entanto ocorre a recuperação na condição de vida de parte de sua população nos momentos mais favoráveis da década. Já que existem aí possibilidades maiores de inserção favorável no mercado de trabalho. No caso da RMRJ, o menor peso de sua estrutura produtiva industrial numa década de estagnação econômica se traduz na redução das possibilidades favoráveis de inserção no mercado de trabalho, que por sua vez rebate na expansão da pobreza de maneira mais acentuada no saldo da década. Mesmo assim é difícil falarmos de um desempenho positivo do mercado de trabalho na metrópole paulistana, seu comportamento foi mais favorável que o das demais metrópoles, mas como foi dito não foi suficiente para determinar a melhoria nas condições de vida da totalidade de sua população. Isso, mesmo numa década marcada pelo arrefecimento do processo migratório (dados do CENSO dão conta de que em 80 os moradores com menos de três anos na região eram 10,6% da população, em 86 essa porcentagem era de 4,9% segundo a fundação SEADE), e pela redução no tamanho médio das famílias (como veremos adiante), fatores que deveriam aliviar as pressões de demanda de trabalho na metrópole.

Na década as regiões mais desenvolvidas em geral

apresentaram oscilações proporcionais no contingente de famílias desprovidas mais intensas que as regiões menos desenvolvidas, o que se dá por dois motivos principais. Primeiramente em regiões menos desenvolvidas a proporção cativa do contingente de famílias desprovidas é maior, ou seja o número superior de pessoas marginalizadas do processo econômico determina uma proporção constante de pobres que tende a arrefecer as variações naquele contingente. De outra parte regiões desenvolvidas ressentem-se mais rapidamente do ajuste microeconômico no qual unidades produtivas racionalizam-se em termos de custo, produção e tecnologia de maneira mais eficaz o que tende a afetar de forma mais direta o emprego e a renda da mão-de-obra menos qualificada. Além do que o encadeamento das relações inter-industriais no setor secundário, determina essa redução de emprego e renda às outras unidades o que por sua vez rebata numa elevação global do desemprego, e no caso das ocupações de baixa remuneração, em expansão da pobreza.

Ocorre uma evolução negativa do ponto de vista do mercado de trabalho da RMSP, de modo a que os patamares de pobreza mensurada através da renda ao cabo da década remetiam aos níveis de seu início, sem ocorrer uma redução mais acentuada. Concluímos preliminarmente e de maneira superficial o encaminhamento desfavorável destas variáveis, pois como foi dito as camadas menos favorecidas se encontravam ao final dos anos 80 em situação semelhante ao primeiro ano de recessão no período. Cumpre modificar o eixo

do estudo em direção a outras variáveis que nos permitam igualmente visualizar a situação da pobreza ao longo da década.

A questão habitacional é relevante na medida em que o acesso a condições minimamente dignas de moradia, remete em última análise ao grau de integração da população às formas de consumo e de vida da sociedade urbana.

Inicialmente observando a RMSP, repete-se a dissociação em termos da evolução das variáveis absolutas e relativas. Pois se por um lado como será visto a maioria daquelas variáveis relativas evolui positivamente, por outro cresce a população favelada na cidade de São Paulo em termos absolutos. A TABELA 4 ilustra esta ambiguidade ao demonstrar que cresce no período para as quatro metrópoles a proporção de famílias residindo em domicílios adequados. Ou seja, nos termos da pesquisa esses domicílios não apresentam simultaneamente as seguintes inadequações quanto a: abastecimento hídrico e escoadouro, fornecimento de energia elétrica, separação de cômodos, material utilizado na construção e ainda quanto a densidade de habitantes. Nesta evolução Recife apresenta a situação mais desfavorável, e São Paulo apresentaria proporcionalmente o melhor percentual de incorporação populacional de domicílios adequados. Contudo São Paulo encontra-se numa situação intermediária, não apresenta um percentual tão reduzido de domicílios adequados quanto Recife; mas por outro lado não está num patamar tão mais favorável como o de Porto Alegre.

Ocorre então uma situação paradoxal. Face a uma situação econômica desfavorável, e à própria perda de operacionalidade do Sistema Nacional de Habitações no sentido da erradicação das populações faveladas e residentes em cortiços, proporção considerável de famílias consegue reverter seu quadro de precariedade habitacional. Tal fato pode ser função de uma redução na taxa de crescimento populacional vegetativo e migratório, além de em muitos casos decorrer de um esforço de auto-construção implementado pelas famílias. A pesquisa da UNICAMP levanta ainda a hipótese de que numa conjuntura política democrática existe a maior chance das políticas públicas serem mais efetivas no sentido de atenuarem a má condição de vida da população, por conta mesmo do maior atendimento às suas demandas.

Por outro lado observa-se que a situação ao cabo da década passada, mesmo havendo alguns pontos que apresentassem evolução positiva, estava longe da ideal se observarmos como varia a incorporação de população favelada no MUNICÍPIO de SÃO PAULO (como proxy da situação da região). Pela TABELA 5 observa-se que o percentual de favelados na população quase dobra entre 1.981 e 1.987, atingindo neste último ano mais de 800 mil pessoas.

Fica claro que face à estagnação que ocorre nos quatro anos seguintes, e dada a ausência de uma política distributiva ou habitacional consistente dificilmente este quadro apresentaria modificações no sentido da reversão desta situação. Sendo assim como aspecto mais geral a RMSP

apresenta situação de grande precariedade habitacional, ainda que muitas das variáveis da pesquisa tenham apresentado evolução favorável.

De maneira similar à habitação a evolução das variáveis referentes à educação apresentam resultados favoráveis. Da mesma forma uma análise dos números absolutos revela que grande parte da população apresenta níveis insatisfatórios de formação escolar relacionado à idade.

A TABELA 6 permite que mais uma vez se observe que a nível nacional o comportamento do analfabetismo dissocia-se em termos absolutos (aumento), e relativos (redução). São Paulo por exemplo apresenta em 1989 ainda uma população de analfabetos de 1,2 milhões de pessoas. Assim considerável parcela da população permaneça alijada de um nível educacional considerado mínimo. Vale ressaltar entretanto que ao menos até o final dos anos 70 esse perfil da população não ofereceu maiores constrangimentos ao processo de industrialização.

Entre a população adulta dos níveis de renda inferiores nas várias metrópoles completar o segundo grau se tratava de um privilégio. Assim em torno de 55 a 60% desta faixa da população não havia completado o ensino básico nestas cidades. Cabe a esta parcela da população uma maior inserção nas atividades de serviços pessoais e construção civil, as quais claramente exigem menor nível de qualificação por parte dos trabalhadores.

Quanto às crianças especificamente SÃO PAULO apresenta

a menor proporção de indivíduos de 7 a 14 anos fora da escola, (cerca de 7%). Ao mesmo tempo reduz-se a proporção de jovens nas faixas de 10 a 14 e 15 a 17 anos que só estudam, principalmente nas faixas mais baixas de renda. Ao mesmo tempo em que se eleva a proporção daqueles que só trabalham, e que exercem ambas as atividades. O que pode significar que o trabalho nestas faixas de idade seja um importante fator de elevação da RFPC.

Estes dados apontam na realidade para uma melhora, ainda que lenta, vislumbrada nos parâmetros de aferição da questão educacional no país. Vale dizer, para grande parte da população é restrito e precário o acesso ao ensino básico. Mas o que permanece é fato de terem ocorrido melhorias nos indicadores de educação e habitação.

Uma síntese do que foi visto revela que a região em análise é um forte pólo de atração populacional, induzido pelo vertiginoso processo de industrialização vivenciado durante três décadas. Esta dinâmica se deu não sem traumas, deixando marginalizada do processo de desenvolvimento uma formidável quantidade de indivíduos. Contudo, o bom desempenho do mercado de trabalho metropolitano em São Paulo, que foi capaz de gerar uma grande quantidade de ocupações que demandavam baixa qualificação, pode contrarrestar parte das conseqüências nefastas deste caótico preciso migratório. O que não implicou na erradicação da miséria.

Apartir de 1981, o início do processo recessivo rompe

esta dinâmica favorável de emprego e renda. Tornando vulnerável à situação de pobreza 1/3 das famílias residentes na RMSP. A recuperação e estagnação subseqüentes determinaram intensa variação no contingente de famílias pobres. De forma que terminam a década de maneira semelhante, ou pior, que no primeiro ano da recessão. Quanto às suas condições de habitação e educação concluímos por uma relativa melhora.

De forma que cremos que principalmente a dinâmica do mercado de trabalho quanto à geração de emprego e renda condicionou a manutenção de milhares de famílias na condição de miséria. Sendo assim, passaremos no próximo capítulo a uma análise de suas condições de geração de emprego e renda.

II- CRISE E MERCADO DE TRABALHO NA METRÓPOLE PAULISTA.

A- EMPREGO.

Tentaremos neste item, traçar um perfil da evolução da capacidade de geração de empregos na RMSP ao longo da década passada. Para tanto é útil acompanharmos como se dá ao longo do período, as possibilidades de geração de oportunidades de trabalho dentro dos específicos momentos do ciclo econômico, a saber: 81-83 (recessão), 84-86 (recuperação) e 87-89 (estagnação). Os quais estão condensados na TABELA 7.

No período recessivo, os efeitos da queda do nível de atividades são refletidos na retração dos níveis de emprego para quase todos os setores da capital. Que resultou na redução de 13% no emprego entre 80-83. E para o período recessivo numa redução de 4,5% do emprego total. Chama atenção o fato desta redução se concentrar na construção civil, mas também na indústria que respondia por 1/3 da ocupação da PEA (TABELA 8)¹⁰. Dados do DIEESE dão conta que os níveis de desemprego neste triênio estiveram em patamares quase sempre superiores a 10% da PEA (TABELA 9).

Este dramático ajuste se deu não sem funestas conseqüências. Os dados da TABELA 2 dão conta que tanto na aferição de Rocha, quanto na de Brandão & Gottschalk ou do IE/UNICAMP, no ano de 1983 quase 1/3 das famílias da capital estavam em situação de precariedade de condição de vida.

Confrontado com o fato de que em 1980, menos de 1/5 das famílias paulistanas estavam em tal situação, o período reflete que a redução das oportunidades de trabalho se traduziu na elevação do número de famílias fora de condições de vidas dignas. Assim, a brusca queda do emprego que ocorre neste período se reflete sobre a população numa expansão da miséria.

A partir de 1984 a retomada do crescimento da economia norte-americana, estimula as exportações brasileiras a este país, o que dá novo ímpeto ao nível de atividade doméstico. O desemprego muda então sua trajetória declinante que se iniciou em 81. Dados do DIEESE apontam já para o último trimestre de 84 a uma redução do desemprego, em relação a junho de 83. A recuperação ensejada a partir de 84 se estende até 86, num período marcado pela expansão do nível de produto industrial e pelo arrefecimento do desemprego. A elevação dos níveis de emprego se deu num contexto de crescimento da PEA e da taxa de participação (TABELA 10).

Contudo, nestes anos o crescimento da produção e do produto estiveram a reboque da demanda interna e externa. A recuperação da economia resultou na redução proporcional do desemprego. Mais que isso, os dados da TABELA 10 demonstram principalmente que a variação nos níveis de emprego no período se deram principalmente nos setores da construção civil e indústria. Os quais foram os mais duramente atingidos no ajuste de 81-83. O que não significa que os demais setores não apresentassem desempenho positivo. Fato

que implica na elevação do emprego em 5,6% em média no período (TABELA 8). Nessa rápida expansão da economia paulistana, houve recuperação nível de emprego em um volume tal que possibilitou a recomposição da totalidade dos postos de trabalho destruídos durante a recessão. Através da TABELA 3 podemos apreender os reflexos da retomada da atividade econômica sobre os níveis de pobreza. Observa-se a redução da proporção de famílias pobres, de sorte que o ano de 1986 se consolida como o ano mais favorável da década para esta parcela da população.

No entanto esta trajetória favorável é interrompida pela maior instabilidade financeira, e pela aceleração inflacionária, os quais se acentuam a partir de 1987. Tornando assim nebuloso o horizonte de cálculo da rentabilidade capitalista, o que determina a impossibilidade da manutenção de um fluxo de investimentos continuado, condição necessária para que a recuperação se tornasse um novo período de crescimento econômico.

Assim a partir de 1987 a economia entra num novo período de desaceleração da atividade econômica, que se tornou mais grave a partir do ano seguinte. De outra forma o ano final da década foi marcado pela retomada da atividade produtiva. Caracterizando este período pela estagnação do crescimento do produto nacional. Ainda assim o mercado de trabalho na capital reage de forma positiva. A ocupação não só se mantém minimamente elevada, chega mesmo a apresentar crescimento. Tal fato aliado à redução da taxa de

participação, que decorreu da perda de ímpeto da atividade econômica, resultou na redução da taxa de desemprego (TABELA 10). Ainda assim, o desempenho favorável do mercado de trabalho não foi suficiente "de per si" para assegurar a continuidade da redução da proporção de população carente na capital. A TABELA 3 nos mostra que há um crescimento da população carente entre 86-89 segundo a avaliação de Rocha.

Através da TABELA 8 podemos perceber a manutenção do crescimento do nível de emprego na média no período. O que se destaca é o desempenho desfavorável tanto na indústria quanto na construção civil. Vemos que o crescimento do emprego se deu principalmente nos serviços e na administração pública, e ainda mas em ritmo pouco mais lento, no comércio.

Conclui-se que o mercado de trabalho teve desempenho positivo na década quanto à geração de postos de trabalho. Em verdade, após a recuperação a redução no desemprego ocorre de maneira continuada, implicando na recuperação das oportunidades de trabalho num montante superior à supressão de postos que se deu nos anos iniciais da série. Vimos também que apenas a performance positiva do mercado de trabalho não foi condição suficiente para garantir a melhoria das condições de vida da população carente. Sendo que pode-se afirmar que os problemas do emprego urbano não se manifestaram através do desemprego. De todo modo, vimos que o nível de emprego cresce na segunda metade da década, sendo que o desemprego não se manifesta como problema do

emprego urbano. De outra parte, comparando superficialmente o desempenho do mercado de trabalho nesta década com o da década passada; concluimos que sua performance nos anos 80 esteve aquém daquela dos anos 70. Pois a capacidade de geração de emprego e renda de então favoreceu a que a proporção de famílias pobres fosse em 80, a menor dentre todos os anos seguintes para a metrópole.

B-A PRECARIZAÇÃO do MERCADO DE TRABALHO

Para iniciarmos uma discussão sobre a possível precarização do mercado de trabalho, é interessante fazermos um balanço do perfil setorial dos empregos gerados. Como já havíamos dito, diminui a velocidade de geração de emprego industrial na década passada na RMSP.

Um balanço geral da década para a região pode ser observado na TABELA 11. Nela se observa uma queda do emprego industrial de quase 5%. Que parece ter sido compensado principalmente pela elevação no emprego em serviços e comércio. Tal fato deve estar associado ao crescente processo de especialização da produção de serviços, que implicou na exteriorização destes do espaço industrial. Tal dinâmica é também conhecida como terceirização, tendo como implicação o surgimento de oportunidades de trabalho em serviços que anteriormente eram relativos ao emprego industrial.

O que fica claro então é a redução da geração de empregos industriais na metrópole ao longo da década. Acompanhado pela redução da geração de empregos em construção civil. Como foi visto, apesar do desempenho negativo destes setores houve redução do desemprego na segunda metade da década. Tal se deu pela expansão da possibilidade de trabalho em serviços e no comércio. Mesmo assim não ocorreram melhorias significativas na proporção de famílias pobres na capital. Vale dizer, o desempenho do mercado de trabalho por si só não garantiu que se dessem

reduções naquela proporção ao cabo da década. Uma vez diagnosticado como evolui o emprego e em quais setores ocorreram modificações na sua composição setorial, torna-se interessante passarmos a observar o que ocorre na estrutura do emprego quanto à maior ou menor presença de empregos precários.

Para uma primeira aproximação às modificações que ocorreram na estrutura do emprego, quanto à sua maior ou menor precarização, utilizaremos o trabalho de Pacheco. Neste é feita a afirmação de que houve uma deterioração geral das condições do mercado de trabalho urbano no país, e a julgar pela perda de dinamismo na geração de empregos industriais na RMSF, nos parece que o mercado de trabalho desta região não esteve imune a este processo. Contudo dada a inadequação dos dados à análise deste processo, torna-se difícil a confecção de conclusões taxativas.

A expansão do setor terciário sobre o setor industrial no saldo da estrutura setorial do emprego na década (TABELA 11) pode ser explicada tanto pela própria terciarização dos serviços produtivos, como pela conjuntura de baixo crescimento e pela expansão das atividades sociais. Esta expansão do terciário pode ter atenuado a problemática do desemprego na metrópole paulista.

Para tentar compreender as implicações deste processo o autor faz uma comparação entre os dados sobre a ocupação organizada e não-organizada através do censo industrial do IBGE de 1980, para o ano de 1989 foi feita uma projeção dos

resultados do censo industrial de 1985 com base nos índices da RAIS. Para assegurar a relevância dos dados para este último ano, comparou-os aos dados sobre os trabalhadores com ou sem carteira assinada da PNAD em 1989 . .

A partir da TABELA 12, podemos ver que para a indústria os reflexos de uma redução na velocidade de geração empregos nos níveis que se deram ao longo da década passada em decorrência da estagnação da economia brasileira, podem ser aferidos na constatação da maior desorganização de seu emprego. Ocorre uma elevação de dois pontos percentuais de empregados em unidades não organizadas. Estes números são confirmados pelo percentual na indústria de empregados sem carteira assinada, que tem grande similaridade com o percentual de empregados do setor não organizado.

Em todo caso, sabe-se que a redução do crescimento industrial, que se traduziu numa variação negativa de sua posição na estrutura setorial da ocupação, foi compensada pela elevação do emprego no setor de comércio no período. Para o comércio há uma indicação de melhoria nas possibilidades de emprego, que seria evidenciado pelo aumento no percentual de trabalhadores inseridos em unidades organizadas. Como os dados da PNAD não se prestam a confirmá-los, permanece apenas como hipótese a evolução favorável do emprego organizado para este setor.

Quanto ao setor de serviços parece ter havido aí também uma maior precarização do trabalho. Vemos assim uma queda de dois pontos percentuais na ocupação em serviços organizados.

A qual é confirmada pela proximidade desta informação com a do percentual de ocupados sem carteira. Assim, este setor que se prestou ao lado do comércio impedir a elevação do desemprego na capital, também apresenta um maior grau de desorganização no final do período.

Portanto, a década de 80 que reflete um período de estagnação do crescimento econômico, embora não tenha significativamente marcado pela explosão do desemprego. Teve como impacto no mercado de trabalho uma repercussão que a princípio pode ser taxada de negativa na estrutura ocupacional.

O que talvez aponte para a precarização das oportunidades criadas é a evolução da proporção dos trabalhadores sem carteira assinada nos setores analisados. Assim, uma quantidade maior de empregados se submete a condições de trabalho marginais às mínimas garantias oferecidas pelo sistema previdenciário nacional.

Portanto mesmo havendo crescimento no setor de serviços das oportunidades criadas, existem aqui algumas evidências apontando para a precarização do mercado de trabalho. Contudo, o que dificulta a aceitação desta assertiva como um resultado conclusivo sobre esta questão, é o fato de inexistirem informações adicionais sobre as condições de dos setores não organizados. Sendo assim temos apenas alguns elementos sobre esta discussão, que no entanto não nos permite chegar a um resultado claro. Sabemos apenas que houve uma redução no ritmo de geração de empregos na RMSP,

em relação à indústria e à construção civil. E ainda que se elevou o emprego não organizado na economia metropolitana. Mas como foi dito, estes elementos nos impedem de chegar a conclusões seguras sobre a questão, dada a própria natureza dos dados para 1989 que se pautam em projeções de 1985.

Faremos a seguir uma discussão sobre a evolução dos rendimentos na economia a fim de aprofundarmos a questão da evolução do mercado de trabalho.

C- EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

À fim de compreendermos melhor como se dá a questão da precarização do mercado de trabalho, veremos brevemente como se deu para a RMSF a evolução das renda mediana por posição na ocupação.

A TABELA 13 resume os índices necessários para a análise. Para a parcela dos ocupados que aferia o patamar de renda da mediana, vemos que na recessão há uma redução acentuada de seus rendimentos. Havendo a partir daí uma recuperação até o final da década. Contudo, os dados revelam que em 89 a renda destes trabalhadores era menor que no primeiro ano da recessão. O que indica perdas nos rendimentos deste conjunto dos ocupados. Ademais, a recessão impõe perdas para o conjunto das posições na ocupação. Sendo estas perdas mais acentuadas para os trabalhadores sem carteira.

Contudo, esta massa de empregados sem carteira tem maiores ganhos no momento da recuperação. Já que os trabalhadores inseridos nos setores mais organizados tem seus vencimentos, em geral, corrigidos estritamente pela legislação. Enquanto que os setores menos organizados tem possibilidades de ganhos menos reguladas pelo governo.

Para a estagnação que marca o período 87-89, vemos uma convergência entre os trabalhadores com e sem carteira assinada. No sentido de que os primeiros tem ganhos, enquanto que os sem carteira vêm uma deterioração em seus

vencimentos. Já os autônomos após a deterioração, vêem uma melhora em seus rendimentos nos dois momentos seguintes da década.

O que poderia indicar que a segunda metade da década se prestou a recuperar minimamente os rendimentos dos trabalhadores. Como foi dito, tomamos o ano de 1981 como base, o que demonstra que no máximo os trabalhadores com e sem carteira puderam ter perdas não muito superiores ao primeiro ano da recessão. Fato que não ocorreu apenas para os trabalhadores autônomos.

Além do que, observando a evolução da mediana das rendas dos ocupados, vemos que apenas este segmento da ocupação tem ganhos significativos na década. Os empregados com carteira apresentam redução em seus rendimentos, e os sem carteira um ganho pífio. Ainda mais quando se sabe que analisamos salários mínimos a valores de 1980 (TABELA 14).

Portanto, a evolução dos rendimentos dos trabalhadores teve uma evolução negativa, já que à exceção dos autônomos; no máximo não ocorreram grandes perdas em relação ao primeiro ano da crise. Fator este que deve ter colaborado para que não houvesse uma diminuição maior da pobreza.

D- CONCLUSÕES

Vimos que o mercado de trabalho apresentou uma relativa precarização quanto à natureza dos postos gerados. Aumentam os trabalhadores em unidades consideradas não organizadas, mas ao mesmo tempo é garantida a elevação dos níveis de emprego a partir da recuperação.

Sob a ótica dos rendimentos, vemos que apenas os autônomos logram ganhos reais de maneira relevante. Para o conjunto dos demais ocupados se coloca uma situação delicada. Pois na melhor das hipóteses não tiveram perdas acentuadas, em relação ao primeiro ano da recessão. Em especial, para as oportunidades criadas para os sem carteira, vimos que os ganhos em seus rendimentos foram mínimos.

Podemos dizer que o mercado de trabalho na RMSP nos anos 80 não repete o desempenho favorável das décadas anteriores. Primeiro por ocorrer uma diminuição acentuada no volume de empregos gerados, e ademais pelo fato da maior parte dos ocupados não conseguirem recuperar seus rendimentos do arrocho ocorrido no primeiro ano da recessão. No capítulo final, procuraremos estabelecer relações entre o mercado de trabalho e a pobreza. Para tentarmos uma aproximação a algumas causas do comportamento da pobreza nos 80.

III-MERCADO DE TRABALHO E POBREZA.

Para a mensuração da pobreza como função da renda estamos utilizando o conceito de Renda Familiar Per Capita. E portanto levando em consideração como se distribui a cada um dos membros das famílias a média da renda total da auferida. O que torna importante observarmos não só o perfil da renda do trabalho das famílias, mas também temos como condicionante de sua condição de vida está o seu próprio tamanho. Já que para famílias com maior número de membros, e em condições precárias de inserção no mercado de trabalho, haverá uma tendência de auferir uma menor RFPC. Para qualificar melhor a questão acompanharemos alguns dados relativos à pesquisa do IE/UNICAMP.

Através da TABELA 15 concluímos pela redução do tamanho médio das famílias na RMSF no período considerado. Essa mudança na estrutura das famílias tende a favorecer o nível da renda per capita. Tal fato pode ter se prestado à favorecer o aumento moderado da proporção de população pobre entre 80-89. A redução da proporção de menores de 10 anos é outro fator que auxiliou esta variação, uma vez que pode diminuir o número de pessoas sustentadas dentro do núcleo familiar. A TABELA 16 nos trás informações adicionais sobre as famílias com os menores níveis de Renda per Capita, nela vemos o aparecimento de proporção considerável de chefes desempregados. Para as famílias que auferem de 1 a 2 e de 2 a 4 RFPC os chefes se desempregam numa proporção inferior a

0,5%. Sendo possível considerarmos a renda do chefe a principal variável na composição da renda da família, vemos que as famílias situadas abaixo da linha de pobreza enfrentam um grave problema de desemprego de seus chefes. Para fazermos considerações adicionais é interessante observarmos não só o desemprego renda dos chefes de família como também o dos não chefes. Já que , como sabemos suas rendas se agregam quando da determinação da RFPC. Na TABELA 17 podemos ressaltar novamente a tendência do maior desemprego dos membros de famílias mais pobres.

As TABELAS 18 e 19 nos trazem informações sobre a renda na ocupação principal dos membros das famílias pertencentes a 5 cortes por renda. O que se vê rapidamente é a redução da renda do trabalhona década para as famílias que ganham até 3 salários mínimos per capita.

Portanto podemos concluir que embora tenha havido uma redução no tamanho das famílias, para aquelas abaixo ou dentro da linha de pobreza; além do desemprego acentuado dos chefes corroboraram para a manutenção destas famílias de inserção social desvantajosa a queda dos rendimentos tanto para os chefes quanto para os não chefes. O que impediu a ocorrência da possibilidade das famílias aproveitarem positivamente uma diminuição em seu tamanho médio.

Esta afirmação pode ter correlação com as conclusões retiradas do capítulo anterior. Onde os problemas de geração de baixos salários, apareciam paralelos à menor capacidade de geração de oportunidades de trabalho (quando comparado

aos 70) no mercado de trabalho da RMSP.

Utilizaremos agora o trabalho dos professores Baltar e Nedecca a respeito do mercado de trabalho brasileiro na década passada, para colocarmos algumas considerações adicionais a respeito da questão da distribuição de renda. Em relação ao país, concluem que na década se dá a concentração da renda do trabalho. A parcela dos 10% mais ricos da população ampliam sua participação na renda na década passada. Em 1981 a parcela composta pelos 1% mais rico da população, detinha uma parcela de renda 96 vezes maior que os 20% mais pobres da população. Em 1989 esta diferença se eleva para 173 vezes. Segundo os autores estes dados evidenciam um processo de concentração de renda e de exacerbação das desigualdades sociais. Sendo que o ajuste mais relevante que se deu no mercado de trabalho foi através da renda.

Sabe-se que os mecanismos de distribuição de renda tendem a ter maior funcionalidade nos momentos em que ela está se expandindo. Assim, os momentos de recessão (81-83) e de estagnação (87-88), podem ser facilmente compreendidos como conjunturas de impossibilidade de se proceder políticas de renda no sentido de sua distribuição mais eqüitativa. De outra parte, os períodos de recomposição do nível de atividade tiveram uma elevação mais significativa dos níveis produtivos que da renda do trabalho segundo os autores. Portanto a massa de salários cresce a taxas inferiores às do produto.

Ademais este momento, e o ano de 1989, correspondem a períodos onde apesar da ocorrência de aceleração da atividade produtiva, inexistia grande expansão da capacidade produtiva instalada. Da mesma forma não ocorreu uma variação positiva mais acentuada da taxa de investimentos. O que determina a ocorrência de sérios entraves para o crescimento sustentado da renda do trabalho. E ainda nos momentos em que ocorreram, a elevação continuada dos níveis de preços determinavam a rápida deterioração dos ganhos nominais.

Estes dados sobre a distribuição de renda, embora referentes ao Brasil, parecem confirmar os dados da pesquisa do IE/UNICAMP sobre uma redução na renda do trabalho para as famílias de baixa renda.

Vemos portanto que a renda do trabalho tem alteração negativa para a década para as famílias de baixa renda, sendo possivelmente um dos condicionadores da influência do mercado de trabalho na evolução da pobreza. A concentração de renda, aqui apreendida através do trabalho dos professores Dedecca e Baltar, veio a confirmar a existência de perdas não só nos ganhos dos trabalhadores, e também trouxe alguns elementos adicionais para a compreensão empobrecimento da população nas metrópoles brasileiras.

Dai que, as famílias mais pobres pouco puderam aproveitar do fato de ter ocorrido uma redução em seu tamanho médio. Uma vez que seus membros não só apresentaram um maior percentual de desemprego, bem como experimentaram

uma redução em suas rendas do trabalho. Fica claro também que um dos condicionantes básicos para que a família entre na situação de pobreza se dá em sua própria conformação. Já que o número de membros disponíveis, e mais que isso, em condições de conseguirem emprego; e o número de dependentes deve condicionar as possibilidades de renda da família.

Demonstrando de maneira genérica como se dá esta relação entre a conformação familiar e a possibilidade de ser pobre Brandão & Gottschalk afirmam que à medida que se constituem as famílias e começam a nascer os filhos, cresce a possibilidade da família ser pobre ou muito pobre; quando o casal se torna mais velho, os filhos crescem e começam a entrar no mercado de trabalho, essa probabilidade diminui, para crescer novamente, em algum momento da vida das famílias de chefe(s) idoso(s) (60 anos ou mais), seja quando ainda há filhos maduros em casa, seja somente quando o casal (ou o viúvo ou a viúva) já está só. Embora genérico, este ciclo resume as implicações do peso da estrutura familiar sobre a determinação da pobreza. Confirmando que uma menor razão de dependência, representa uma elevação das chances de sobrevivência das famílias. E ainda, demonstra que os atributos de sexo, idade e qualificação; em determinando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho; influenciam também as possibilidades de entrada ou não na condição de pobreza das famílias.

Resumindo as informações contidas neste item temos que as famílias de baixa renda não puderam tirar proveito da

redução em seu tamanho médio. Já que dada a menor qualificação exigida para as ocupações em que se inserem (TABELA 20), usualmente estarão expostos a menores níveis de renda. O que torna mais compreensível o fato de na segunda metade da década a redução do desemprego não ser acompanhada da redução da pobreza. Além disto, os chefes de famílias de baixa renda normalmente estão expostos com maior frequência ao desemprego. O que dependendo da própria conformação da família e de suas características estruturais, torna-as mais ou menos vulnerável à pobreza.

IV-CONCLUSÕES

Conforme vimos, a pobreza na RMSF durante os anos 80 sofre intensa variação quanto à sua participação mensurada em função da renda. Sendo que essas oscilações estiveram fortemente condicionadas pelo próprio momento do ciclo econômico, a saber: na recessão (81-83) ocorreu elevação da proporção de famílias pobres, na recuperação (84-86) ocorreu redução desta proporção e no período da estagnação (87-89) temos nova elevação em níveis semelhantes aos do primeiro ano da recessão (à exceção da avaliação do IE/UNICAMP que afere uma redução neste período).

Quando alternativamente tomamos a pobreza em função das condições de acesso à saúde e habitação, concluimos ter ocorrido ao longo da década uma melhora relativa. Já que embora os níveis proporcionais de acesso ao ensino básico e à moradia adequadas tenha aumentado; em números absolutos nem a população de analfabetos, nem a população favelada mostraram tendências declinantes. De qualquer modo, tendências negativas quanto à evolução da pobreza foram mais facilmente apreendidos em relação à renda do trabalho.

Tal conclusão nos levou a optar por uma resenha das mudanças mais significativas no mercado de trabalho metropolitano, uma vez que através dela poderíamos observar as condições mais gerais de emprego e renda na capital. Vimos que ocorreu uma precarização das remunerações das

oportunidades geradas. Embora o nível de desemprego na metrópole tenha se reduzido de maneira continuada na segunda metade da década, tal fato por si só não foi capaz de contrarrestar as variáveis que tiveram desempenho negativo; e que agregadas às condições de deterioração do mercado de trabalho, determinaram que seu desempenho fosse ao longo da década insuficiente para a manutenção da evolução positiva em termos da redução da pobreza que se deu em 84-86. Ademais procuramos mostrar que a própria estrutura familiar, conjugando não só o tamanho da família mas também as características de sexo/idade/qualificação de seus membros, influenciam suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e a RFPC. Condicionando portanto as possibilidades das famílias entrarem na condição de pobreza.

A conclusão mais geral que podemos inferir desta monografia, é relativa à menor incorporação proporcional de pobres pela RMSP numa década marcada pela crise de estagnação. Assim, ainda que o PIB tenha sofrido flutuações intensas no período, a estrutura econômica mais integrada desta região possibilitou que a partir de 84 o desemprego se reduzisse até o final da década de maneira continuada. E mesmo não ocorrendo um desempenho positivo também na renda do trabalho da população pobre, a elevação do percentual de despossuídos não foi tão elevada no saldo da década. Se compararmos a situação desta metrópole com a carioca, vemos que lá a estagnação econômica sobre uma estrutura produtiva mais frágil resultou na elevação da miséria num montante

maior que na RMSP. O que deve ser novamente ressaltado é que ainda assim os anos 80 resultam numa péssima conjuntura para a população pobre desta região. Pois a metrópole que simbolizava o desenvolvimento econômico nacional perde sua capacidade de proporcionar melhoria nas condições de vida de seus trabalhadores.

Finalmente, se nos anos 80 se colocava a questão da elevação da pobreza numa conjuntura de elevação do emprego, temos perspectivas mais sombrias para a década em curso. Agora além de solapar ainda mais o rendimento dos trabalhadores, o projeto neo-liberal implementado pelo governo Collor que vigorou até outubro deste ano legou ao atual governo a exacerbação da instabilidade econômico-financeira além de um desemprego explosivo. E mais, nada assegura que não estejamos passando por um processo de desindustrialização. O que tornará impossível para esta década uma performance menos ruim dos indicadores de pobreza da região em tela.

Tabela 4

REDA FAMILIAR PER CAPITA, RAZAO DE DEPENDENCIA(1)
E REDA MEDIA NO TRABALHO (EM SALARIOS MINIMOS)

Regiao Metropolitana	RFPC	razao de dependencia	renda media no trabalho
Sao Paulo	1,92	2,4	4,15
Porto Alegre	1,63	2,4	3,36
Rio de Janeiro	1,57	2,7	3,63
Curitiba	1,49	2,6	3,38
Belo Horizonte	1,46	2,7	3,36
Salvador	1,27	3,1	3,37
Belem	0,93	3,3	2,66
Recife	0,92	3,3	2,57
Fortaleza	0,78	3,1	2,23

FONTE: FIBGE - Tabulacoes Especiais do Censo Demografico - 1980

(1)Numero medio de individuos para cada individuo ocupado

Obs. Renda em termos do maior salario minimo nacional

Tabela 2

RAZAO DE DEPENDENCIA(1), TAXA DE OCUPACAO(2)
E PROPORCAO DE MENORES DE 10 ANOS DE IDADE(3)

Regiao Metropolitana	razao de dependencia	taxa de ocupacao(X)	menores de 10 anos(X)
Sao Paulo	2.4	53.5	20.5
Porto Alegre	2.4	53.2	21.0
Rio de Janeiro	2.7	47.0	20.5
Curitiba	2.6	50.4	23.7
Belo Horizonte	2.7	50.0	24.5
Salvador	3.1	45.2	26.9
Relem	3.3	41.3	25.9
Recife	3.3	42.0	25.7
Fortaleza	3.1	44.0	25.0

FONTE: FIRGE - Tabulacoes Especiais do Censo Demografico - 1980

(1)Numero medio de individuos para cada individuo ocupado

(2)Proporcao de individuos ocupados na populacao de 10 anos ou mais

(3)Na populacao total

TABELA 3 PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS COM RENDA ABAIXO DA LINHA DE POBREZA,
POR DIFERENTES CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DA LINHA DE POBREZA
NA DÉCADA DE OITENTA.

REGIÃO METROPOLITANA	80 (1)	81 (1)	81 (2)	81 (3)	83 (2)	83 (3)	86 (2)	86 (3)	87 (1)	87 (3)	89 (1)	89 (2)
SÃO PAULO	18.3	23.9	22.0	34.7	34.4	43.2	16.9	25.5	22.2	42.1	19.5	20.9
RIO DE JANEIRO	22.5	26.7	27.2	-	34.7	-	23.2	-	28.2	-	30.8	32.5
PORTO ALEGRE	11.0	13.0	17.9	-	29.7	-	16.3	-	16.2	-	15.7	21.0
RECIFE	39.3	42.9	55.6	-	56.6	-	39.9	-	43.1	-	44.9	47.2

FONTE: (1) Instituto de Economia/UNICAMP; (2) Rocha (1991); (3) Brandão e Gottschalk (1990).

TABELA 4
 PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS QUE HABITAM EM
 DOMÍLIOS ADEQUADOS

REGIÃO METROPOLITANA	1980	1989
SAO PAULO	45%	64%
RIO DE JANEIRO	47%	62%
PORTO ALEGRE	52%	73%
RECIFE	31%	31%

FONTE: IFNUNICAMP

TABELA 5
 POPULAÇÃO FAVELADA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

	POPULAÇÃO TOTAL	FAVELADOS	% SOBRE A POP. TOTAL
86	8,558,841	375,025	4,4%
87	10,554,107	812,764	7,7%
VARIAÇÃO	23%	117%	

FONTE: CENSO PREFEITURA DE SÃO PAULO



UNICAMP

E

TABELA 6
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DAS METRÓPOLES

	7 ANOS E MAIS		15 ANOS E MAIS	
	1981	1989	1981	1989
SEO PAULO	89.6%	91.5%	89.9%	91.1%
RIO DE JA	88.8%	91.5%	90.1%	92.6%
PORTO ALE	91.4%	92.4%	92.1%	93.0%
RECIFE	73.80%	80.90%	78.40%	82.60%

FONTE: PESQUISA IE/UNICAMP

TABELA 7

Taxa média de crescimento do P.I.B. real

Período	1981/83	1984/86	1987/89
Variacao	-2.4	69.0	1.9

FONTE: IBGE

TABELA 8

Nível de emprego segundo setor de atividade R M S F

Setor	1980	1983	1986	1989	Variacao	1981/83	1984/86	1987/89
Total	100.0	87.0	102.5	106.0		-4.5	5.6	1.1
Ind. Transf	100.0	76.3	101.2	94.3		-8.6	9.9	-2.3
Constr. Civ.	100.0	67.7	81.4	68.7		-12.2	6.3	-5.5
Comercio	100.0	90.0	95.4	106.9		-3.5	2.0	0.9
Servicos	100.0	94.6	102.7	122.1		-1.8	2.8	5.9
Admin. Publ.	100.0	106.6	121.5	143.9		2.0	4.6	5.8

Fonte: IBGE RAIS

TABELA 9

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO E TOTAL R.M.S.P.

ANO/MES	TAXA DE DESEMPREGO	
	ABERTO	TOTAL
1981		
ABR./MAIO	9,6	15,7
1982		
DEZEMBRO	5,7	12,2
DEZEMBRO	7,8	14,9
1983		
MARÇO	12,0	17,4
JUNHO	9,8	14,8

FONTE: DIEESE

TABELA 10
Media anual da ocupacao,desemprego,taxa de desemprego,participa

ANO	Media ocup.*	Media desemp.**	Taxa de desemp	Taxa de p
1985	5.524	791	12.2	60.3
1986	5.961	650	9.6	61.9
1987	6.134	606	9.2	61.7
1988	6.191	667	9.7	61.4
1989	6.383	618	8.7	61.1

*Milhoes

**mil

TABELA 11
Balanco da composicao setorial da ocupacao R.M.S.P

	1980(1)	1989(2)	Variacao
Ind Transf	37.8	32.9	-4.9
Outros-Ind	1.2	1.0	-0.2
Constr Civ	7.1	5.3	-1.8
Comercio	11.7	13.5	1.8
Servicos	21.0	24.0	3.0
Transp/Comunicacao	5.2	4.9	-0.3
Ativ Sociais	7.2	9.6	2.4
Adm publ	3.3	3.2	-0.1
Outros	5.7	5.6	-0.1

FONTES (1) CENSO
(2) PNAB

TABELA 12
Evolucao do emprego organizado na economia R.M.S.P

Ano	1980*	1989***		1989**
Industria-organ	86.2%	84.5%	Ind	C/ Carteira 84.9%
Industria nao-organ	13.8%	15.5%		S/ Carteira 15.1%
Comercio organ	74.4%	86.7%	Com	C/ Carteira 51.8%
Comercio nao-organ	21.6%	13.3%		S/ Carteira 48.2%
servicos organ	41.9%	39.2%	Serv	C/ Carteira 35.3%
servicos nao-organ	58.1%	60.8%		S/ Carteira 64.7%

FONTES *IBGE

**PNAD

***IBGE/Projecao

TABELA 13

Evolução da renda mediana por posição na ocupação R L S P %				
	1981	1983	1986	1989
Empregados				
C/ Carteira	1 000	0 664	0 856	0 944
S/ Carteira	1 000	0 601	1 166	0 993
Autônomos	1 000	0 699	1 000	1 207
Total	1 000	0 666	0 886	0 979

TABELA 14

Renda mediana por posição na ocupação R M S P %

	1981	1983	1986	1989
Empregados	2 71	1 80	2 32	2 56
C/ cart				
Empregados	1 44	0 91	1 58	1 45
S/ cart				
Autônomos	2 56	1 79	2 64	3 09
Total	2 46	1 64	2 18	2 41

Salário Mínimo de 1980

TABELA 15 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR FAMÍLIA,
POR IDADE E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE.

	1981					1989				
	TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA - 10 ANOS	MEHOR DE	INATIVOS	DESOCCUP	OCUPADOS	TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA - 10 ANOS	MEHOR DE	INATIVOS	DESOCCUP	OCUPADOS
ISÃO PAULO	3.8	0.9	1.4	0.1	1.5	3.6	0.7	1.2	0.1	1.6

FONTE: FIBGE - Tabulações Especiais da PNAD.

TABELA 16 - CHEFE COM MAIS DE 10 ANOS, POR RENDA FAMILIAR PER CAPITA
(EM LINHAS DE POBREZA) E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE.

RENDA (EM LP) E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE

		(1)				1 a 2				2 a 4			
		DESEM IPREGADO	INA TIVO	OCUPADO	TOTAL	DESEM IPREGADO	INA TIVO	OCUPADO	TOTAL	DESEM IPREGADO	INA TIVO	OCUPADO	TOTAL
ISP	1981	10.3	22.5	67.2	100.0	1.8	17.8	80.3	99.9	0.8	17.5	81.7	100.0
	1989	6.7	27.3	66.0	100.0	0.5	20.2	79.3	100.0	0.1	20.9	79.0	100.0

FONTE: FIBGE - Tabulações Especiais da PNAD.

TABELA 17 NÃO-CHEFES, COM 10 ANOS OU MAIS, POR RENDA FAMILIAR PER CAPITA,
(EM LINHAS DE POBREZA) E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE.

		RENDA (EM LP) E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE (EM %)											
		1			1 a 2			2 a 4			4 e +		
		IDESPREG. INATIVO		OCUPADO	IDESPREG. INATIVO		OCUPADO	IDESPREG. INATIVO		OCUPADO	IDESPREG. INATIVO		OCUPADO
ISP	1981	6.7	69.3	24.0	4.4	57.8	37.8	2.4	54.2	43.4	1.6	52.1	46.3
	1989	3.7	72.5	23.7	2.4	57.0	40.6	1.7	48.8	49.5	0.9	47.7	51.3

FONTE: FIBGE - Tabulações Especiais da PNAD

TABELA 18 CHEFES OCUPADOS COM JORNADA NORMAL
(*) , POR RENDA NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL
(EM SALÁRIOS MÍNIMOS).

		(1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 ou +	TOTAL (1)
ISP	1981	2.7	14.7	19.8	23.9	38.6	100.0
	1989	2.1	14.1	16.3	25.4	46.4	100.0

FONTE: FIBGE - Tabulações Especiais da PNAD.

(*) 40 a 48 horas semanais

obs - Maior salário mínimo nacional corrente

TABELA 19 - NÃO-CHEFES OCUPADOS COM
JORNADA NORMAL (*), POR RENDA
(EM SALÁRIOS MÍNIMOS).

		(1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 ou +	TOTAL (1)
ISP	1981	10.5	38.1	22.2	15.3	13.5	100.0
	1989	8.3	26.3	21.9	20.7	22.0	100.0

FONTE: FIBGE - Tabulações Especiais da PNAD.

(*) 40 a 48 horas semanais

obs - Maior salário mínimo nacional corrente

TABELA 20 - CHEFES OCUPADOS, POR RENDA FAMILIAR PER CAPITA (EM LINHAS DE POBREZA), SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO PRINCIPAL - 1989.

	SP			
	(1	1 A 2	2 A 4	4 E +
Ocupações Manu- ais - ind. de transformação	26.2	25.8	23.1	8.8
Ocupações Manu- ais - ind. de construção	13.0	8.1	6.4	2.3
Empregado doméstico	4.3	3.0	2.7	0.9
Outros trab. de menor qualificação	34.0	30.4	25.9	11.2
Sub total	77.5	67.3	58.1	23.2
De mais ocupações	22.5	32.7	41.9	76.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: FIBGE - TABULAÇÕES ESPECIAIS DA PNAD - 1989.

BIBLIOGRAFIA

- Arns, P. E. et alii, São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza, São Paulo, Loyola, 1982.

/i-Brandão, J. & Gottschalk, A. Recessão, Pobreza e Família- A Década Pior Que Perdida in São Paulo em Perspectiva, vol. 4 n.1 São Paulo, 1.990.

- Cano, W. et alii, A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1990), in Coleção Economia Paulista, vol. 1 n.1 São Paulo, 1988.

-Jaguaribe, H. et alii Brasil: Reforma ou Caos, São Paulo, Brasiliense, 1.989.

-Pacheco, C. A. A Terceirização nos Anos 80: de tudo um pouco, IE/UNICAMP, 1992.

-Rocha, S. Linhas de Pobreza Para as Regiões Metropolitanas na Primeira Metade da Década de 80, in XVI Encontro Nacional de Economis- ANPEC, vol. IV, Belo Horizonte, 1.985.

-Rocha, S. Pobreza Metropolitana e os Ciclos de Curto Prazo, IPEA, Boletim Conjuntural n.12, Rio de Janeiro, 1.991.

-Santos, A. Desemprego na Década de 80: uma análise da Região Metropolitana de São Paulo, IE/UNICAMP, 1992.

-UNICAMP, IE, Nucleo de Economia Regional e Urbana. Pobreza na Região Metropolitana de São Paulo: Semelhanças e

Diferenças Frente à Pobreza de Outras Regiões Metropolitanas
Brasileiras Campinas, 1.990.

-UNICAMP, IE, Projeto: Caracterização e Evolução da
Pobreza nos anos 80 Campinas, 1.992.